

[illegible]




Nº DO PROCESSO	0011010/2024	DATA DE ENTRADA	06/05/2024 08:55:32
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO	LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
COMPLEMENTO	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PE 06/2024 - REFERENTE AO GRUPO 2

REQUERENTE AGIL EIRELI	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0011010/2024	06/05/2024 08:55:32

REQUERENTE
AGIL EIRELI
ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
COMPLEMENTO
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PE 06/2024 - REFERENTE AO GRUPO 2



PREFEITURA DE MARICÁ
3 de maio de 2024
L. 12.121/2024

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

AGIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 26.427.482/0001-54, neste ato, representada pelos abaixo assinados, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** ante à sua **DESCCLASSIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO** do INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IDDS, conforme as razões que passa aduzir:

I - DO MÉRITO

A empresa recorrente participou de sessão realizada pela Prefeitura Municipal de Maricá, em 24/04/2024, cujo objeto era a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo e técnico operacional, incluindo uniformes e demais equipamentos necessários para atender as necessidades da

Secretaria de Esportes e Lazer, dividida por lotes, com valor estimado total de R\$ 6.978.465,12.

Conforme se infere da ata extraída da sessão, a empresa ora recorrente apresentou sua proposta para o Lote 2, com base na legislação vigente, com todos os valores em seu mínimo exequível, sendo que a empresa ora Recorrida apresentou proposta com valor menor e, sendo assim, não supre as demandas legais necessárias para a execução contratual.

Conforme se depreende da análise da proposta classificada e declarada vencedora, a mesma foi apresentada por um Instituto, que goza de privilégios tributários.

Tanto é que sua composição do percentual de encargos sociais é absurdamente inferior à composição das demais participantes do processo licitatório.

Primeiramente cumpre observar que a intenção do órgão licitante é clara ao estabelecer, no preâmbulo do edital, que o objeto do certame é a contratação de EMPRESA especializada para prestação de serviços de apoio administrativo e técnico operacional.

Ao inserir a palavra “empresa” em seu instrumento convocatório, a Administração implicitamente veda a participação de associações e institutos, que possuam natureza jurídica diversa das sociedades empresárias, consoante legislação civil em vigor.

O órgão licitante, ao publicar o edital em questão, realizando a sessão de apresentação de propostas, deixa claro que sua opção foi pela aquisição de serviços, conforme sua conveniência e oportunidade, ao invés de optar pelos termos de parceria legalmente previstos para as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos que, por sua vez, excluem a participação das sociedades empresariais, estas com fins lucrativos.

Admitir a participação, em um mesmo certame, de sociedades empresariais, cooperativas, associações sem fins lucrativos e institutos, está a ferir o princípio da isonomia na competição, notadamente em face dos benefícios de natureza tributária

que tais entidades recebem e que, assim, lhes assegura vantagem extraordinária na disputa licitatória

As sociedades têm finalidade econômica ou lucrativa, sendo considerado empresário, nos termos do artigo 966 do Código Civil, quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, sendo o lucro repartido entre os sócios. O cerne é o lucro e a divisão dos ganhos entre os sócios.

E as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, conforme o disposto no artigo 53 do mesmo diploma legal. O cerne, portanto, é a consecução de uma finalidade comum, não empresarial.

Segundo explica José Eduardo Sabó Paes, "Associação, de acordo com as lições de Maria Helena Diniz, é a forma pela qual certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca, em comum, serviços, atividades e conhecimentos em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos. Poderá ter finalidade: a) altruística (associação beneficente); b) egoística (associação literária, esportiva ou recreativa); e c) econômica não lucrativa (associação de socorro mútuo).

Portanto, as "entidades sem fins lucrativos" nada mais são do que associações e podem ter diversas finalidades e qualificações no direito pátrio - mas, para que não haja desvio de finalidade, sempre devem ter intuito NÃO ECONÔMICO.

Dessa forma, tais entidades sem fins lucrativos, associações que são, podem, por exemplo, ser classificadas como entidades de interesse social (que, segundo o autor supra citado, "são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades, estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.... São constituídas visando atender os interesses e necessidades de pessoas indeterminadas, ou à sociedade em geral, por exempli, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultural, sendo este seu requisito indispensável para caracterizar uma associação como uma entidade de interesse social", quando, então, terá acompanhamento e fiscalização pelo Ministério Público.

Assim, existem formas específicas, na legislação, para estabelecimento de vínculos jurídicos entre as "entidades sem fins lucrativos" e a Administração Pública, como os termos de parceria e os contratos de gestão, estando sempre na esfera da discricionariedade da Administração Pública a definição sobre qual a melhor forma para a prestação de determinado serviço, considerando as especificidades do caso concreto.

Também nesse sentido o entendimento jurisprudencial do TJ/RJ:

REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. IMPETRANTE QUE OBJETIVA CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR PARA SUSPENDER A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/19, REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE RESENDE. SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA. MANUTENÇÃO DO JULGADO QUE SE IMPÕE. EMPRESA LICITANTE QUE APRESENTOU PROPOSTA DE PREÇO COM DISCREPÂNCIA ENTRE VALORES EM ALGARISMOS E POR EXTENSO. EDITAL QUE PREVÊ A POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DESTE ERRO MATERIAL, DESDE QUE SEJA PARA PREVALECER O VALOR ESCRITO POR EXTENSO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRATANTE QUE, DIANTE DA DIVERGÊNCIA APRESENTADA, PERMITIU QUE O PREÇO EM ALGARISMO PREPONDERASSE SOBRE AQUELE VENTILADO POR EXTENSO, EM FLAGRANTE DESRESPEITO AO REGRAMENTO DO EDITAL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO. QUESTÕES DEVIDAMENTE ENFRENTADAS PELO JUÍZO A QUO. DECISUM QUE NÃO MERECE QUALQUER REPARO. REEXAME DA SENTENÇA PARA SUA MANUTENÇÃO EM SEDE DE REMESSA NECESSÁRIA. (0078584-78.2020.8.19.0001 - REMESSA NECESSARIA. Des(a). LIDIA MARIA SODRE DE MORAES - Julgamento: 16/04/2024 - SEXTA CAMARA DE DIREITO PUBLICO (ANTIGA 21ª CÂMARA))

No presente caso, assim, manter a classificação do Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social estaria a ferir os princípios da igualdade e da isonomia entre os licitantes, que estariam em desigualdade de condições de concorrência com o Instituto classificado.

E, igualando o Instituto aos demais participantes, sem lhe conferir benefícios tributários não aplicáveis aos demais licitantes, resta inexecutável o valor da proposta apresentada, sendo de rigor a sua desclassificação.

Entende a doutrina como valor inexecutável:

“... aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que a empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, p. 559)

Nesse sentido, o entendimento jurisprudencial:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA. LEGALIDADE. 1.A licitação é um procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos: a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho artístico, técnico ou científico. 2.O julgamento das propostas é a fase da licitação em que a Administração procede efetivamente à seleção daquela proposta que, de acordo com o instrumento convocatório, se apresenta mais vantajosa para futuro contrato.

3. De acordo com o art : 48, I e II da Lei nº 8666/93, a desclassificação ocorre por duas razões principais: a) quando as propostas não observarem as regras e condições do edital; e b) quando apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis. 4. A decisão de desclassificação proferida pelas autoridades impetradas, observou plenamente os princípios da legalidade, da isonomia entre os licitantes e da vinculação ao instrumento convocatório, inexistindo excesso de rigor ou formalismo exacerbado como pretende a impetrante. 5. Não há ilegalidade ou abusividade na decisão de desclassificação da proposta. 6. Denegação da segurança. (TJ-RJ - MS: 00289325720048190000 RIO DE JANEIRO TRIBUNAL DE JUSTICA, Relator: LETICIA DE FARIA SARDAS, Data de Julgamento: 24/02/2005, OITAVA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 04/03/2005)

Logo, restam evidências da inexecutabilidade de execução contratual e de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, devendo ocorrer desclassificação concorrente, nos termos dos artigos 11, inciso III, 59, inciso III, da Lei 14133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

II – ANTE AO EXPOSTO, REQUER-SE

- ☐ o recebimento do presente recurso, eis que tempestivo, sendo autuado, processado e considerado na forma da lei;

- II sejam analisados e ponderados os fatos e fundamentos indicados, devendo ocorrer a desclassificação do INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS.

Nestes termos

Pede deferimento.

Em 03 de maio de 2024

ROBERTH ROZEMBERGER
OAB/PR 108.141

LÍGIA MARIA ALVES JULIÃO
OAB/SP 193.607